

PERCURSO ATRAVÉS DE PERCURSOS DE ALUNOS: APRENDER NA ESCOLA

Ana Maria Bettencourt e Tiago Caeiro
Escola Superior de Educação de Setúbal

Resumo

Uma das dimensões do projecto qualidade do ensino e prevenção do abandono e insucesso escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico - o papel das áreas Curriculares Não Disciplinares^{1**} – consistia no estudo do modo como as escolas gerem os percursos escolares. Pretendia-se criar instrumentos de prevenção do insucesso e abandono escolares para apoio aos conselhos de turma e aos conselhos directivos das escolas inseridas no projecto.

Através de análises essencialmente de tipo qualitativo procurou-se conhecer processos de regulação das dificuldades de aprendizagem e percursos escolares dos alunos. Foram estudados a constituição das turmas e os seus percursos, as trajectórias educativas dos alunos, os apoios que recebem da escola; o "abandono" pela escola daqueles que encontram maiores dificuldades, a acumulação de retenções. Foram analisadas percepções dos alunos sobre os apoios proporcionados pela escola, o risco de abandono escolar e boas práticas designadamente de intervenção ao primeiro sinal de dificuldades e de gestão de resultados escolares.

Foram analisadas desigualdades entre duas escolas de ensino público designadamente em matéria de apoio ao estudo na escola e do Estudo Acompanhado.

Nesta comunicação pretende-se analisar o modo como a escola gere os mecanismos de apoio às dificuldades dos alunos e desigualdades existentes no ensino público.

Pareceu pertinente tentar entender como lidam as escolas portuguesas com os alunos que encontram dificuldades e não atingem os padrões mínimos de conhecimentos.

Apesar de serem desenvolvidos mecanismos de apoio aos alunos que encontram dificuldades, designadamente os planos de recuperação, os percursos alternativos, os cursos de educação formação, entre os mecanismos de regulação mais utilizados em Portugal surgem as retenções. Mesmo com a generalização da oferta educativa ao nível do ensino básico, subsistem assimetrias significativas que acompanham o processo de alargamento e expansão do sistema de ensino.

A escola portuguesa continua a ser ineficaz para uma parte significativa dos seus alunos e a excluir um número muito elevado deles. Com efeito, quando é analisado o insucesso escolar observamos que: (a) existe um segmento de alunos que não aprende e uma parte que abandona a escola sem alcançar os objectivos considerados mínimos da escolaridade básica; (b) que a retenção é o principal mecanismo de regulação das aprendizagens mas que uma grande parte dos alunos transita de ano com classificações de insuficiente.

Pesquisas mais recentes apontam para os anos das transições entre ciclos de ensino como o momento decisivo para a selecção e segmentação dos alunos, em que um conjunto significativo de alunos fica retido ou deixa mesmo de prosseguir a sua escolarização. Pedro Abrantes¹ verificou recentemente que a retenção não só continua aplicar-se a uma percentagem muito considerável dos alunos portugueses, como aumenta sempre de intensidade no primeiro ano de cada ciclo de escolaridade. Contrariando a ideia de que “toda a gente passa”, o fenómeno é visível no 5.º ano, o primeiro do 2.º ciclo, mas atinge proporções maiores no 7.º e 10.º anos de escolaridade, início do 3.º ciclo e do ensino secundário, respectivamente. A redução da taxa de retenção entre os anos de 1995 e 2005 foi muito ténue, ocorrendo sobretudo no 4.º ano e no 9.º ano, enquanto aumentava no 5.º ano e no 7.º ano. Assim, na mudança entre ciclos de ensino, ergue-se uma barreira que só parte dos alunos consegue transpor. De notar ainda que este trabalho revela que as transições são momentos em que as desigualdades sociais se acentuam, sendo particularmente vulneráveis os grupos que já apresentam habitualmente resultados escolares mais baixos. Acresce que, segundo o mesmo estudo, os alunos com duas ou mais reprovações demonstram um claro défice de expectativas, em comparação com os restantes, abdicando do prosseguimento dos estudos, quer na vertente académica quer na vertente profissional.

Esta ruptura com as instituições educativas, numa fase tão precoce da formação, irá provavelmente marcar os seus percursos profissionais e de vida, podendo comprometer gravemente a sua inclusão e valorização sociais.

Tendo em conta a dimensão e a gravidade das suas repercussões para os alunos e para o sistema, entendemos eleger a retenção como objecto importante da nossa análise sobre os percursos educativos dos alunos. As maiores dificuldades de aprendizagem atingem os alunos com níveis socioeconómicos mais desfavorecidos que não encontram nem na escola nem na família o apoio para lhes fazer face.

Estes são os alunos mais penalizados pela ineficácia do sistema, pois não desenvolvendo as competências necessárias para estudar, ou a capacidade de ultrapassar dificuldades acrescidas por ficarem desenquadrados nas turmas em que são colocados, caminham de insucesso em insucesso, muitas vezes em anos consecutivos, o que frequentemente tem como consequência o abandono escolar.

As escolas do projecto apresentam uma diversidade de situações quando comparadas com as taxas de retenção e desistência a nível nacional.

¹ Abrantes, P. (2008). Os muros da escola: distâncias e transições entre os ciclos de escolaridade. Tese de doutoramento em Sociologia, não publicada

Caracterização social das escolas

As duas escolas, ambas públicas, têm uma composição social contrastante sendo revelador desse facto os dados relativos à Acção Social Escolar (ASE).

	Escola E		Escola G	
	Total	%	Total	%
Escalão A	193	22,4	30	2,8
Escalão B	36	4,18	5	0,47

Quadro nº 1 – Números da SASE nas duas escolas (Nº Alunos e Percentagem)

A **escola E** é frequentada por um número elevado de alunos carenciados, muitos dos quais com graves problemas sociais e familiares e, em geral, sem qualquer apoio escolar da parte das famílias. A escola apresentava há cerca de 10 anos graves problemas de integração. Existe um forte enquadramento educativo gerido pelo Conselho Executivo e pelos Conselhos e Directores de Turma, visando a resolução de problemas graves ao nível social e psicológico. Questões como fugas de jovens, gravidez de adolescentes, violência nas famílias e suicídios, entre muitos outros problemas sociais, são de presença frequente na escola, aberta a uma escuta permanente dos seus alunos e famílias.

O ambiente urbano e a composição social do bairro em que a escola está inserida são muito pobres, fazendo com que as oportunidades culturais dos alunos sejam proporcionadas sobretudo pela escola.

A **escola G** é frequentada por alunos provenientes da classe média alta e tem uma elevada procura, decorrente designadamente do prestígio e dos bons resultados escolares obtidos pelos alunos. A escola estimula esta procura, designadamente através da publicitação de oportunidades que oferece, e procede a uma selecção dos alunos realizada com base no critério da idade, que constitui garantia de percursos escolares bem sucedidos. Podemos por isso classificá-la como “uma escola de bons alunos” sendo conhecida como a “escola dos filhos dos professores”. São alunos inseridos em famílias maioritariamente favorecidas e muito qualificadas para o panorama de habilitações académicas dos portugueses e que, por conseguinte, podem beneficiar de apoios em casa – ou de condições para pagarem explicações, situação que nos foi dito ser muito generalizada.

A escola tem uma visibilidade mediática assinalável associada aos resultados escolares. No final do ano lectivo, uma reportagem num jornal nacional diário referia duas professoras da

escola do ensino secundário como exemplos de profissionais de excelência, como a professora que é responsável por uma turma que obteve 6 notas de 20 a matemática numa turma de 24 alunos nos exames nacionais.

A competição entre as escolas induzida pelos mecanismos de escolha, mais do que produzir uma pressão para a mudança ou melhoria das aprendizagens, faz com que as energias e os recursos da direcção das escolas se concentrem em estratégias promocionais e de marketing para atrair os “melhores” alunos.

Na página principal do sítio na Internet da escola estão explicitados os resultados dos alunos ao nível dos exames nacionais e apresenta o seguinte texto: “Porque é diferente frequentar a [Escola G]? No 12º ano, tivemos 8 alunos com 20 a Matemática no exame nacional, no 9º ano, em Matemática, 70% dos alunos da escola tiveram positiva (...) em Língua Portuguesa, todos os alunos internos tiveram positiva no exame nacional.”

A apresentação da página é permanentemente actualizada com referências a competições e lugares de destaque que alunos da escola obtiveram, numa lógica de apresentação de resultados e, simultaneamente, de competição com outros estabelecimentos. Os alunos são constantemente incentivados pelos seus professores a participar em concursos ou projectos exteriores à escola, procurando articular as competências escolares com projectos aliciantes que motivem os jovens para as aprendizagens.

Esta estratégia visa também promover os resultados obtidos pelos alunos, assim como tornar a escola atractiva para alunos de outras escolas, procurando assegurar a “qualidade do público escolar”. A escola passa a competir com outros estabelecimentos (públicos e privados) não só nas colocações finais dos rankings mas também na capacidade de atracção dos alunos mais promissores. Esta visão do ensino público pode ser inserida numa discussão mais vasta, nomeadamente sobre a livre escolha das escolas pelas famílias ou da criação e regulação de mercados educativos. Alguns estudos³⁴ realizados referem, no entanto, a existência de efeitos de estratificação e segregação provocados pelas “escolha de escola”, em que os estabelecimentos funcionam na prática como um mecanismo de selecção social. São também apontadas muitas reservas às metodologias utilizadas na selecção dos alunos, por colocarem em causa os direitos de todos os cidadãos a uma educação de qualidade nas suas comunidades de pertença.

Direcção e corpo docente

A integração da **escola E** no TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária) em 1996, baseado no princípio da discriminação positiva, veio criar condições para a existência de um projecto de escola inclusiva, designadamente através da fixação de professores, da continuidade

pedagógica e do estabelecimento de dinâmicas de co-responsabilização dos docentes pelo sucesso educativo. Os professores são, em maioria, relativamente jovens, que se fixaram ali depois de circulararem de escola em escola, tendo aderido a um projecto em que trabalham em geral com entusiasmo. É frequente encontrar no corpo docente o entusiasmo e o orgulho de um trabalho que consideram desenvolver com êxito, num meio difícil. A escola tem uma liderança forte, sendo a sua presidente defensora de um projecto de escola inclusiva, de qualidade, pelo qual luta há anos, tendo conseguido construir uma equipa de direcção e um núcleo forte de directores de turma defensores do projecto que concretizam numa acção diária difícil.

Na **escola G** o corpo docente também é estabilizado, constituído por professores, em geral com reputações profissionais excelentes, mais velhos do que os professores da E, o que segundo um professor da escola entrevistado, poderia justificar uma certa indisponibilidade para o desenvolvimento de práticas inovadoras designadamente nas ACND.

A escola, conhecida pelos seus bons resultados nos exames, tem uma liderança e um projecto forte, do qual transpira esforço por melhorar a qualidade do trabalho, e também desejo de assegurar o seu lugar na elite das escolas de Lisboa.

Em que medida estes factos tem consequências nas práticas educativas existentes nas duas escolas, nas ACND, nomeadamente no Estudo Acompanhado?

Como são geridas as dificuldades escolares dos alunos em cada uma destas escolas?

A gestão das aprendizagens e dos resultados escolares

Na **escola E** não existe, à entrada selecção de alunos. Embora não o possamos comprovar fomos dito existirem estratégias de rejeição de alunos ao nível da área em que a escola está inserida, que seriam canalizados para a escola E.

A escola tem vindo a orientar-se no sentido de um empenhamento colectivo na melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares, impulsionado pelo CE através designadamente de várias estratégias sendo de destacar o trabalho com todas as turmas da escola no início de cada período, para analisarem a situação em matéria de resultados escolares e chegarem a uma definição conjunta de metas, (ii) com os departamentos disciplinares, (iii) através de estratégias como o prolongamento do ano lectivo com actividades de aprendizagem - experiência inovadora, ensaiada em 2007 para os alunos que estavam em risco de não transitar de ano, (iv) através da formação contínua em curso que mobilizava, em 2006-2007, cerca de um terço dos professores e, actualmente, mais de metade dos professores da escola, organizados em conselhos de turma, e (v) através de percursos curriculares alternativos.

Apesar da sua composição social, o insucesso escolar tem, nesta escola, níveis abaixo da média nacional nas avaliações realizadas durante o ano, mas tem resultados ainda insatisfatórios nos

exames, facto que tem sido objecto de medidas para melhorar esta situação, por parte do CE e dos departamentos, designadamente através do reforço dos meios de apoio à aprendizagem da matemática e do português.

A escola tem um muito bom clima de trabalho e procura criar um ambiente humanamente rico e atento “ao primeiro sinal” de dificuldade dos alunos, existindo numerosos projectos orientados para o desenvolvimento pessoal e cultural dos alunos. Em virtude das dificuldades inerentes ao contexto familiar e social de vida em que a escola está inserida, os directores de turma necessitam de apoio técnico para os ajudarem na solução dos casos mais complicados e que ultrapassam a esfera de acção do conselho de turma, por muito boa vontade que este possua. Existe porém ainda um défice ao nível dos apoios - social e psicológico - muito importantes em casos graves de insucesso escolar.

Neste sentido, o Agrupamento de Escolas do qual faz parte a Escola E tem vindo a desenvolver um trabalho baseado na filosofia da inclusão, procurando dar respostas educativas às crianças portadoras de deficiência desde os primeiros dias de vida até ao final da escolaridade obrigatória. O departamento de Educação Especial tem procurado estabelecer uma articulação entre os vários ciclos de ensino, de modo a pôr em prática os recursos necessários para responder às necessidades de cada criança e proporcionar uma continuidade no atendimento ao longo do seu percurso escolar.

Na **escola secundária G**, os níveis de insucesso escolar no 3º ciclo do ensino básico são também baixos e os resultados nos exames do 12º ano têm estado no topo de vários rankings relativos a escolas públicas da zona de Lisboa. Os resultados dos exames do 9º ano encontram-se acima da média, não correspondendo porém aos níveis do 12º ano.

O CE está empenhado na apresentação de bons resultados através do trabalho que desenvolve em várias frentes, designadamente através de esforços junto dos professores, para que apresentem medidas para melhorar resultados, e de estratégias de estímulo, com a participação em vários concursos, vividos com entusiasmo na escola.

As duas escolas apresentam em matéria de insucesso escolar resultados acima da média nacional.

O trabalho para a melhoria dos resultados representa na escola E um grande esforço do conjunto da escola e engloba em simultâneo a prevenção do abandono e do insucesso escolar e a melhoria dos resultados. É um trabalho que consideramos estar assente essencialmente no CE, nas coordenadoras dos DTs e nos DTs.

Na escola G, os resultados são fruto do trabalho da escola mas são indissociáveis da selecção operada à entrada. A prioridade é aqui a luta por melhores resultados e sobretudo por um melhor

lugar no espaço competitivo das escolas secundárias de Lisboa. Nesta escola este trabalho surge mais ancorado nos departamentos disciplinares do que nos CTs.

Paradoxalmente, regista-se uma disposição, quer por parte dos alunos, quer dos pais e mesmo de alguns professores de subvalorização de espaços de aprendizagem como o Estudo Acompanhado. Para muitos alunos e encarregados de educação, sobretudo à entrada no 3º ciclo, estes espaços não são percebidos como áreas de trabalho escolar regular ou mesmo útil, funcionando de forma mais ou menos disciplinada, de forma a aliviar os espaços de trabalho das outras áreas.

Não foi raro encontrar, em alguns professores, percepções que apontam estas áreas como um desperdício de tempo, que subtraíram horas a áreas centrais de conhecimento, colocando inúmeros problemas a uma gestão séria de programas, já por si longos.

Relativamente à Formação Cívica registam-se práticas muito dissonantes com os objectivos delineados no projecto educativo, nomeadamente em relação à educação para a cidadania.

Numa escola fortemente orientada para os resultados escolares, existem indícios de que o Estudo Acompanhado é assumido apenas como um reforço do trabalho do professor específico que lecciona a disciplina ou, em alguns casos, para trabalhos de casa e não como um contributo para a melhoria das aprendizagens. Exemplo disso é a fraca importância que é dada ao EA na consolidação das aprendizagens, porque a escola é frequentada por bons alunos que, por isso, não apresentam “dificuldades”.

Diferentes responsabilidades face à promoção das aprendizagens e do sucesso educativo.

Um mandato diferente?

Apesar de estarmos face a duas escolas empenhadas na melhoria dos resultados escolares, o ponto de partida de cada uma delas é assim bem diferente. Para melhorar os resultados escolares e combater o insucesso e os abandonos escolares, a Escola E tem de desempenhar funções em parte tradicionalmente cometidas à família: apoio ao estudo, organização das aprendizagens, apoio ao desenvolvimento pessoal e cultural, apoio social aos alunos e muitas vezes às famílias. Na Escola G, o desafio é também a obtenção de melhores resultados escolares, mas o facto de os alunos terem famílias com competências culturais para assumirem o apoio ao desenvolvimento intelectual dos seus educandos, numa perspectiva de complementaridade da escola, altera as exigências em termos de funções requeridas à escola, assumindo esta como papel prioritário a função de ensinar.

Se interrogarmos o grau de responsabilidade pelas aprendizagens e sucesso escolar exigido a uma e outra escola, verifica-se que a Escola E para além de um mandato muito mais exigente uma vez que tem de desempenhar funções tradicionalmente atribuídas à família tem ainda de

conseguir resolver problemas na base do insucesso escolar, tais como o apoio ao estudo e à resolução de numerosos problemas de aprendizagem e a criação de estratégias de ligação e parcerias entre a escola e o meio. Na Escola G, em reunião centrada sobre as Áreas Curriculares Não Disciplinares, uma parte dos professores afirmava convictamente a inutilidade do Estudo Acompanhado para os alunos da escola uma vez que as famílias tinham meios culturais e financeiros para a solução dos problemas de aprendizagem.

¹ Projecto desenvolvido na ESE de Setúbal com o apoio da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.